



**Programação das Apresentações e
Resumos das Monografias de Bacharelado e
Licenciatura em História**

**Primeiro Semestre de 2017
Curso de Bacharelado e Licenciatura em História**

PROGRAMAÇÃO das apresentações

Curso de História - Bacharelado e Licenciatura

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES DAS MONOGRAFIAS 1º SEMESTRE/2017

BANCA: Segunda-Feira, 03 de julho de 2017

14:30 horas – Sala Carlos Antunes do Ed. D. Pedro I

Examinadores:

Dr. Hector Rolando Guerra Hernandez (Presidente)

Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva (Membro Titular)

Doutoranda Sissi Valente Pereira (Membro Suplente)

Dr. Fernando Bagiotto Botton (Membro Suplente)

GÊNERO, CLASSE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE TRABALHORAS DOMÉSTICAS

Autor: Gabriel Almeida Miranda

Orientadora: Dra. Priscila Piazzentini Vieira

Horário: 14:30 horas

A TRADIÇÃO DO GÊNERO: OS PROCESSOS DE ENGENDRAMENTO EM MOÇAMBIQUE, A PARTIR DO ROMANCE NIKETCHE: UMA HISTÓRIA DE POLIGAMIA

Autora: Tamara Bacetti Barbosa

Orientador: Dr. Hector Hernandez Rolando Guerra

Horário: 15:00 horas

NECROLÓGIOS DA SOCIEDADE: CRIMINALIDADE CURITIBANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1894-1908)

Autor: Matheus Hatschbach Machado

Orientador: Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

Horário: 15:30 horas

Banca Resumos

GÊNERO, CLASSE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Autor: Gabriel Almeida Miranda

Orientadora: Priscila Piazzentini Vieira

Palavras-chave: História oral, emprego doméstico, gênero, raça.

O trabalho doméstico possui um lugar singular na nossa sociedade. Essa profissão, carregada de valores morais e culturais, estigmatizada na informalidade e na divisão sexual do trabalho, é um tema recorrente em pesquisas sociológicas. Relações de gênero, raça e classe se interseccionam nesse tema que se vincula também com outros objetos de pesquisa, como migração por exemplo. Por essas peculiaridades também, o método mais usual de abordagem para tal tema costuma ser entrevistas, e no nosso caso, um trabalho inscrito dentro do campo da história, não poderia ser diferente.

Assim, partimos da concepção metodológica da história oral para nos debruçarmos sobre o objeto de pesquisa selecionado, a saber, as trajetórias de vida de três mulheres que trabalham no emprego doméstico. Interessa-nos entender como as relações – de gênero, classe, raça – próprias do emprego doméstico agem nas memórias individuais, e consequentemente como cada trajetória de vida produz identidades distintas, apesar de compartilharem muitas experiências comuns. Para tanto, não podemos perder de vista a relação entre memória, história e identidade, que o método de história oral traz. Sobre isso, Delgado afirma: “a memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como nação, ou privada, como família”¹. Desse modo, buscamos lembrar a contribuição de trajetórias de vida para a construção de um ideal de memória coletiva, ao mesmo tempo que buscamos salvaguardar as identidades individuais que cada experiência de vida produz, pluralizando os significados que uma memória coletiva pode nos dar.

No primeiro capítulo, abordaremos a trajetória de Roselia Penteado. Filha única e natural de Palmital, cidade do interior do Paraná, ela tem quarenta e seis anos e sempre se dedicou ao emprego doméstico. Mãe divorciada de dois filhos, já adultos, mora em Colombo e nesta cidade mesmo atende suas clientes, hoje como diarista. Sua mãe também foi empregada, e vieram juntas do interior para ganhar a vida na capital, quando Roselia tinha um pouco mais de 10 anos. Em Curitiba, viveram um bom tempo separadas, pois ambas eram empregadas domésticas e viviam na casa de seus respectivos patrões, viam-se apenas nos domingos. Pelas imposições da vida, Roselia cursou apenas até a quarta série, não conseguindo dar continuidade aos estudos quando chegou em Curitiba. Aos 18 anos, voltou a morar junto com a mãe, mas sem deixar de trabalhar como doméstica. Aos 19 anos, casou-se com o pai de seus filhos, e com ele foi morar. Não demorou muito para seu marido exigir que ela abandonasse a profissão e cuidasse apenas da casa. Esse foi o único período que não trabalhou no emprego doméstico, voltando à profissão após o divórcio. Desde então trabalha como diarista, há quase 18 anos.

Nesse capítulo, destacamos alguns elementos marcantes no depoimento de Roselia. Um fato significativo, perceptível também nas outras duas trajetórias de vida, é a mãe da entrevistada também ter trabalhado como empregada doméstica. Para poder analisar tal elemento, apresentamos a divisão sexual do trabalho e sua relação com o emprego

¹DELGADO, Lucilia de A. Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 38.

doméstico. Para tanto, utilizamos o conceito trazido por Danièle Kergoat² de divisão sexual do trabalho, a saber, uma forma de dividir o trabalho (produção e reprodução) baseada nas relações sociais entre os sexos, na qual as mulheres seriam relegadas ao espaço privado e à domesticidade, enquanto a esfera pública, o político, e mercado de trabalho estariam dominados pelos homens. Tal divisão está posta antes do capitalismo, mas é durante a consolidação desse sistema de produção que ela toma os contornos que possui até hoje. No momento em que o capital separa a produção da reprodução, quando retira a produção do espaço privado e a concretiza no espaço público, acaba reforçando uma divisão de funções já existente, baseada no sexo. Direcionando, assim, a esfera produtiva (entendida como produção de bens) aos homens e a esfera reprodutiva (entendida como produção da força de trabalho) às mulheres. A divisão sexual do trabalho é, portanto, baseada na diferenciação e na hierarquização: a primeira referente à separação em trabalho de homem e trabalho de mulher; enquanto que a hierarquização trata da colocação desse trabalho masculino como mais produtivo que feminino.³

Para Hildete Pereira de Melo⁴, o trabalho doméstico é uma responsabilidade, culturalmente definida a partir dessa divisão sexual do trabalho, da mulher como dona de casa, mãe, patroa ou empregada, ultrapassando o limite da simples venda da força de trabalho, chegando a ser vivido como um modo de vida⁵. No caso de Rosélia, filha única de mãe solteira, que trabalhava como empregada doméstica, vinda do interior com 12 anos, sem casa para morar, o emprego doméstico foi a única opção concreta para o estabelecimento de mãe e filha na capital. A filha que desde cedo teve que ajudar a mãe nas atividades domésticas, sendo enquadrada nessa divisão sexual do trabalho, tem nessa área de trabalho suas poucas possibilidades de emprego. Aqui concordamos com Ana Alves⁶, de que há uma tradição de subordinação e inferioridade do trabalho feminino, que contribuiu para a marginalização das mulheres das funções produtivas, partindo de sua educação, para que suas forças de trabalho fossem extraídas ao máximo. Alguns outros temas relacionados à divisão sexual do trabalho também são tratados nesse capítulo como, por exemplo, ao início muito precoce no mercado de trabalho que está associado ao emprego doméstico.

O segundo capítulo traz a trajetória de vida de Miriam Adriana de Oliveira. Ela possui quarenta e seis anos e é natural de Curitiba. Morou a vida toda em Colombo, aliás mora muito próximo à Roselia, e assim como ela começou como mensalista e há alguns anos trabalha como diarista. Sua mãe teve dez filhos, e todas as filhas trabalharam como empregadas domésticas, assim como a mãe, que largou a profissão para cuidar da casa e dos filhos. Desde pequena Miriam acompanhava as irmãs no trabalho a pedido da mãe, para ser cuidada por elas e aprender algum ofício. Ela encarava como brincadeira o que iria tornar sua profissão. Assim como Roselia, cursou apenas a quarta série, pois a falta de

²Aqui, pretendemos utilizar o conceito de relação social trazido por Danièle Kergoat, a saber, de ser uma tensão que corta o campo social, que produz certos fenômenos sociais entre grupos de interesses opostos. No caso da divisão sexual de trabalho os grupos sociais que se atritam são os sexos, produzindo tensão sobre temas relacionados ao trabalho e sua divisão. Ver KERGOAT, Daniele. *Divisão Sexual do Trabalho e relações sociais de sexo*. Tradução de Miriam Nobre In.: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, pp. 55-63

³ Idem pp. 55-56

⁴ MELO, Hildete Pereira de. **O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Junho de 1998.. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2423/1/td_0565.pdf

⁵ Idem, p. 2.

⁶ ALVES, Ana E. Santos. *Divisão Sexual do Trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família*. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 2, maio/ago, 2013, p. 282.

condições materiais e a necessidade de trabalhar lhes impossibilitaram dar continuidade aos estudos. Teve também dois filhos com seu ex-marido, e do mesmo modo abandonou o emprego doméstico por um tempo para ajudá-lo nos comércios que decidia abrir. Após se divorciar e dez anos sem trabalhar como empregada, voltou a ser diarista. Alguns elementos importantes na trajetória de Miriam foram abordados no primeiro capítulo, como a mãe empregada, o fato da mãe ter que abandonar o trabalho para cuidar dos filhos, o início precoce na profissão, a impossibilidade de dar continuidade aos estudos. Assim, comentamos brevemente tais experiências relacionando com a trajetória de Roselia e demos preferência por outros elementos como, por exemplo, destacar os abusos que as mulheres que trabalham com o emprego doméstico estão sujeitas (incluindo racismo), e as consequências para tais profissionais da posição marginal que o emprego doméstico possui no mercado de trabalho.

Heleieth Saffioti, através dos seus estudos sobre as mulheres na sociedade de classes⁷ e sobre o emprego doméstico no capitalismo⁸, explicou detalhadamente a relação do emprego doméstico com o modo de produção capitalista. Apesar de surgir com o capitalismo, através da comercialização de uma mão de obra que visava substituir o lugar dos criados na família burguesa, o emprego doméstico não possui caráter produtivo, e por essa sua especificidade está à margem da cadeia de produção capitalista. O que é significativo da pesquisa desenvolvida por Saffioti nos anos de 1960 e 1970 é a ideia de “integração periférica”⁹ as quais as mulheres – imensa maioria da mão de obra do emprego doméstico – estariam sujeitas. Por estarem além do sistema de produção, por serem criadas no seio da estrutura reprodutiva do capitalismo (a saber, dar a luz, cuidar dos filhos e da casa), pela baixa qualificação de sua mão de obra, pelo mercado de trabalho extremamente masculino e pela perpetuação de representações inferiorizadas e subalternas da figura feminina, estas mulheres – empregadas domésticas – se integram periféricamente no mercado de trabalho, no capitalismo. Tal integração gera baixa remuneração, limita as possibilidades profissionais, dificulta o estudo, e dá um caráter informal ao emprego doméstico. Informalidade que por muito tempo foi corroborada pela falta de legislação trabalhista que atingisse o emprego doméstico. Somente em 2015, com a promulgação do Projeto de Ementa Constitucional 150¹⁰, conhecido com PEC das domésticas, alguns direitos básicos profissionais foram reconhecidos à categoria. Todas essas alterações serviram para regulamentar melhor o contrato de trabalho das empregadas domésticas, tendo como objetivo dar maior respaldo e segurança jurídica ao exercício da profissão. Porém, a lei cobre apenas os serviços de mensalistas (mais de dois dias por semana), o que deixa uma brecha enorme para a manutenção da informalidade, na medida em que estimula a contratação de empregadas domésticas como diaristas.

Um aspecto fundamental no depoimento de Miriam é o racismo. Nesse ponto, as reflexões de Lélia Gonzalez¹¹ sobre o racismo e a mulher negra brasileira foram fundamentais. Gonzalez constrói seu argumento em três pontos: de que o Brasil é um país

⁷SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

⁸SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978

⁹Idem, p.184-185.

¹⁰ Tal Projeto de Ementa Constitucional definiu os termos de contribuição INSS e uso do FGTS, definiu indenização de 50% no caso de dispensa da trabalhadora, bem como os termos do seguro-desemprego, fixou o adicional noturno no valor de 20% da diária (bem como seu horário: das 22:00 horas da noite às 5:00 horas da manhã), e regulou o seguro por acidente de trabalho. Para mais ver: BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. (Acessado dia 15/06/2017)

¹¹GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira.. Revista Ciência Social Hoje*. Brasília: ANPOCS, 1984.

racista; e que o emprego doméstico é um lugar propício para vermos esse racismo; logo, é a mulher negra quem recebe a maior carga desse racismo brasileiro, pois é quem mais arca com relações desagradáveis fundamentadas na sua cor¹². Ela afirma: “Seguindo por aí, a gente também pode apontar para o lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel”¹³. Por exemplo, a questão da não interação, da recusa em aceitar o trabalho de uma pessoa negra é muito comum no dia-a-dia dessas trabalhadoras. Ou também a remuneração, que no caso de Miriam é, das três entrevistadas, a que menor fatura por diária, apesar de ter uma qualificação profissional melhor ou similar a elas.

Por fim, o terceiro capítulo aborda a trajetória de Irenilda Costa, que tem vinte e seis anos e é natural de Girau do Ponciano, Alagoas. Nascida e criada em um sítio, irmã mais velha de cinco irmãos, desde pequena auxiliava os pais nos afazeres domésticos (limpando, lavando e cuidando dos irmãos), como na lida com o campo. Aos dezessete anos vai morar alguns meses em Juazeiro, interior da Bahia, onde começa a trabalhar como empregada doméstica. Depois volta para Alagoas, porém vai morar em Arapiraca, cidade maior e bem próxima da sua cidade natal, onde continua como empregada. Nunca ficou mais de seis meses com os mesmos patrões, e chegou a parar de trabalhar, graças à ajuda de amigos, para conseguir terminar o segundo ano do ensino médio. Enquanto esteve em Arapiraca, conheceu o pai de sua filha, que hoje tem quatro anos, mas não chegaram a casar. Em 2016, foi demitida por sua patroa e teve a oportunidade de vir para Curitiba graças a parentes e ao seu atual companheiro, que vivem na cidade há alguns anos. Continuou no emprego doméstico, porém como diarista, e assim viveu por seis meses até ser contratada como mensalista, seu primeiro emprego de carteira assinada.

Do depoimento dela ressaltamos as relações vinculadas à migração, pela presença marcante desse elemento na trajetória da entrevistada. Nos últimos nove anos de sua vida Irenilda se mudou de cidade em cidade, entre Alagoas, Bahia e Paraná. À procura de emprego, seja para ajudar seus pais e filha ou para almejar um futuro melhor para si. Acreditamos que a migração não é tão somente uma atitude tomada na decisão racional do indivíduo, o ato de migrar perpassa alguns fatores que dão à decisão um caráter de coletividade. Os motivos e as redes sociais que os processos migratórios estabelecem deixam claro que a migração é por vezes uma estratégia de determinado grupo. Tanto em Juazeiro, como Arapiraca ou Curitiba, Irenilda recebeu ajuda de conhecidos, parentes e amigos, para arrumar emprego, para conseguir casa, para se inserir socialmente. Um fato interessante é que sua vinda para Curitiba foi estimulada por um amigo de infância, que se tornou seu namorado, e hoje dividem uma casa com seus respectivos primos em São José dos Pinhais. Contudo, um fator consideravelmente marcante nas trajetórias de vida de mulheres migrantes é a inserção marginal que elas passam na sociedade que as recebe, os empregos a que se destinam são exemplos dessa integração social precária, como demonstra Gláucia Assis:

Em geral, essas mulheres inserem-se no setor de serviços domésticos e utilizam-se de redes sociais informais, os chamadas enclaves étnicos de imigrantes, trabalhando como donas de casa ou empregadas domésticas¹⁴.

¹² Idem p. 230.

¹³ Idem, p. 226.

¹⁴ ASSIS, Gláucia. *Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 15, nº 3, setembro/dezembro, 2017, p. 746.

Assim, reforçamos a ideia que amplia a noção de migrante, atribuindo a devida importância que as mulheres possuem nas migrações, salientando a relevância do discurso e das identidades de gênero nesses processos migratórios.

Desse modo, buscamos em cada capítulo trazer elementos chave nos depoimentos de cada entrevistada, possibilitando entrelaçar as trajetórias de vida de cada uma delas. Percebemos pontos comuns entre suas trajetórias: os abusos, as humilhações, as condições de trabalho e a escassa segurança profissional, a migração, relacionamentos abusivos, trabalho infantil, etc. Esses elementos que nos permitem aproximar histórias de vida de mulheres distintas – em origem, idade, gostos – em torno da profissão que têm em comum. Contudo, apesar dos pontos comuns, cada trajetória é única, possui elementos peculiares que moldaram três individualidades distintas.

No esforço de buscar tais trajetórias e agrupá-las nessa pesquisa, apreendemos as diversas relações que podem estar associadas ao trabalho doméstico, e como tais relações – de gênero, classe, raça – são trazidas de modos diferentes pelo exercício de lembrar de cada pessoa, fazendo emergir suas diferentes subjetividades. Do mesmo modo, percebemos em que a profissionalização da empregada doméstica como mensalista mudou no dia dessas profissionais. De fato, há uma manutenção do caráter informal do emprego doméstico, no âmbito do trabalho por diária, o que perpetua a reprodução de práticas paternalistas, serviçais, machistas no interior da profissão, demonstrando que a PEC 150 ainda está aquém da realidade de boa parte das mulheres que ganham a vida nesse setor. Por outro lado, não podemos negar que tal regulamentação trouxe o mínimo necessário para um código de leis que era e é muito deficiente em relação aos direitos trabalhistas, e pessoas como Irenilda, por exemplo, puderam ter assinada pela primeira vez sua carteira de trabalho.

De todo modo, acreditamos que essa pesquisa veio ajudar a ampliar os horizontes de pesquisa de historiadores, por ter como escopo a relação entre história e memória, a importância que ela tem na construção de identidades pessoais e coletivas. Ou seja, relembro-nos a relevância da trajetória de vida das mulheres e de suas experiências históricas e do valor do tempo presente para a construção da escrita da história.

A TRADIÇÃO DO GÊNERO: OS PROCESSOS DE ENGENDRAMENTO EM MOÇABIQUE, A PARTIR DO ROMANCE *NIKETCHE: UMA HISTÓRIA DE POLIGAMIA*

Autora: Tamara Bacetti Barbosa

Orientador: Hector Hernandez Rolando Guerra

Palavras-chave: Moçambique; Gênero; Colonialidade.

Este trabalho procura construir uma análise da obra *Niketche: Uma História de Poligamia*, da escritora moçambicana Paulina Chiziane, publicada em 2001, com base nos processos históricos de construção do gênero nas regiões norte e sul de Moçambique, partindo das construções discursivas coloniais e frelimistas¹⁵ de gênero para compreender as realidades da mulher contemporânea retratada no livro. Procuo explorar de que forma Chiziane narra as diferenças vividas por mulheres nortenhas e sulistas, focando, principalmente, na forma como certas práticas culturais nativas retratadas no romance – os ritos de iniciação femininos, no norte; a poligamia e o lobolo, no sul – refletem contradições históricas, caracterizando uma ferramenta de domínio, mas também de insubordinação das mulheres. Procurei, desta forma, trazer uma análise que proporcione o resgate de protagonismos históricos femininos no cotidiano, na tentativa de trazer a resistência, mesmo que íntima, de mulheres moçambicanas para a produção de conhecimento histórico de seu país. Sendo assim, é possível considerar *Niketche* uma fonte histórica na qual encontram-se presentes diversos aspectos referentes à vida dessas mulheres que muitas vezes não são considerados em análises exclusivamente estruturais sobre os processos históricos em Moçambique.

A primeira parte do trabalho tem como objetivo delinear um panorama teórico-conceitual, no qual abordo as perspectivas utilizadas por mim ao tratarmos das duas linhas principais de análise na monografia: gênero e tradição. Trazer este debate é indispensável, uma vez que ambos são conceitos que, historicamente, tiveram diversas construções ao longo do tempo, estando seu significado intimamente ligados com diferentes relações de poder. Tanto *gênero* como *tradição* são categorias discursivas que buscam uma compreensão da realidade material, mas que não necessariamente dialogam com a complexidade dessa realidade, muitas vezes servindo de ferramentas discursivas de controle.

Essa reflexão se torna crucial ao nos voltarmos para as realidades de mulheres em diferentes regiões da África. Partindo das contribuições de Ifi Amadiume¹⁶, Oyeronke Oyewumi¹⁷, Maria Lugones¹⁸ e Chandra T. Mohanty¹⁹, proponho uma interpretação de

¹⁵ A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi a organização que liderou e venceu a luta armada anticolonial, tomando o poder em 1975. Sua política marxista propôs uma reestruturação da sociedade moçambicana, incluindo a participação feminina, assim como a relação da mulher com a sociedade, tendo como uma das bases de sua política a centralidade e defesa da família nuclear.

¹⁶ AMADIUME, Ifi. **Reinventing Africa. Matriarchy, Religion, Culture**. London & New York: Zed Books Ltd, 1997.

¹⁷ OYEWUMI, Oyeronke. **The invention of women: making an African sense of Western gender discourses**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

¹⁸ LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, set/dez, 2014,

¹⁹ MOHANTY, Chandra T. **“Under Western Eyes: Feminist Scholarships and Colonial Discourses.”** Source: boundary Vol. 13, no. 1, *On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism* (Spring - Autumn, 1984).

gênero que parta das realidades de mulheres colonizadas. Diversos pontos estão relacionados nos trabalhos das autoras utilizadas para essa discussão: a crítica aos conceitos universalistas ocidentais de gênero, problematização da utilização destes conceitos em realidades coloniais, assim como a necessidade de se pensar gênero como uma construção social, mas também histórica, evidenciando as diferenças contextuais de cada grupo. Caracterizar descritivamente as mulheres do continente africano como “mulheres da África”, por exemplo, converte essa categoria em um grupo teórico homogêneo limitado por suas dependências comuns ou sua falta de poder, o que causa análises equivocadas nas quais a interpretação das circunstâncias históricas específicas se torna impossível a partir de categorias engessadas, que não possibilita a soma de especificidades locais. Frente a isso, as autoras referenciadas nesta parte da monografia defendem a necessidade de descolonização do gênero a nível epistemológico, uma vez que a construção hegemônica acerca do gênero é própria das teorizações ocidentais e eurocêntricas. Isso significa não apenas pensar *gênero*, mas sim sobre o processo de *engendramento* que resulta das diversas relações presentes em sociedades colonizadas. Dessa forma, o dimorfismo sexual binário – dicotomia macho/fêmea - trazido pelos colonizadores como ferramenta do processo civilizador, torna-se limitado se não historicizado em conjunto com outros aspectos de divisão hierárquica impostos, tais como classe e raça. Nesse ponto apresento o conceito de *colonialidade do gênero*,²⁰ proposto por Maria Lugones, que utilizarei ao analisar as situações descritas em *Niketche*. A interação do gênero colonial com outras formas de organização social que existiam previamente à invasão europeia nos territórios colonizados também é um elemento que deve estar presente nesta análise, isto porque a imposição cultural nunca acontece de forma passiva, mas sempre interagindo cotidianamente com a realidade nativa, resultando em relações próprias e muitas vezes contraditórias. Logo, quando falamos em *gênero*, não partimos de uma categoria fechada e estática, mas sim do resultado de um processo sócio-histórico que deve ser evidenciado à luz de seu próprio contexto.

O conceito de “tradição” também parte dos mesmos princípios dicotômicos, frente a ideia de modernidade. Partindo, então, do pensamento abissal proposto por Boaventura Santos²¹, proponho compreender termos como “tradição”, “folclore”, “bruxaria”, além das variações decorrentes, como uma hierarquização cultural que intenta deslegitimar os saberes que vão de encontro com o pensamento moderno ocidental. Dessa forma, relega-se a essas práticas uma noção residual, não pertencente ao tempo presente, mas sim resquícios de tempos já superados pela racionalidade moderna, sendo suas práticas excluídas da realidade vivida, cotidiana, e mantendo-os do “outro lado da linha” - no pensamento abissal, é impossível a co-existência de dois ou mais mundos. O pensamento moderno ocidental tenta criar um abismo entre sua realidade, real, e outras realidades, existentes apenas no imaginário. Sendo assim, passam a ser vistas em contraposição ao ideal moderno/colonial de progresso, dicotomizando as contradições decorrentes deste embate entre a modernidade imposta pelo colonizador e as organizações sociais dos povos nativos. Apesar disso, ainda existem formas de ver o mundo diversas àquela imposta pela civilização ocidental/ eurocêntrica/patriarcal, que resistem no dia a dia, materializando-se

²⁰ Partindo das considerações do sociólogo Aníbal Quijano sobre colonialidade do poder, Lugones vê no gênero um modo subjetivo de exercício da colonialidade, articulada com outros elementos, como o trabalho, a economia, a raça e organizações sociais. O gênero é colocado, então, como uma ficção, que nasce como ferramenta de dominação colonial e, desta maneira, persiste como elemento central nas diversas opressões contemporâneas.

²¹ SANTOS, Boaventura. **“Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”**. In SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010b

nas sociabilidades daqueles que ainda encontram-se em um lugar de transição entre os dois lados da linha. O que quero colocar é que este pensamento de pretensões hegemônicas, apesar de sua dimensão exclusiva, abissal, não consegue se impôr de forma passiva, causando uma reação contrária, na qual outra forma de viver e fazer adaptam-se, permeando de forma indissociável a vivência cotidiana dos processos colonizadores. Sendo assim, no intuito de compreender as práticas locais que perduraram em território moçambicano, utilizarei o conceito de *diferença colonial* proposto por Walter Mignolo²², aliado ao conceito de *colonialidade do gênero*, procurando perceber em que partes a narrativa demonstra essa intensa interação entre a cultura dominadora ocidental e as práticas e cosmologia locais nas relações descritas na obra.

Na segunda parte, faço uma contextualização geral da trajetória da mulheres no país. Segundo o censo populacional de 1997, a mulher moçambicana representava 53% da população, de um total de 15,7 milhões de moçambicanos, e tem sua realidade marcada pela pobreza, sendo que matrimônios prematuros e altas taxas de fertilidade são fatos comuns a grande parte dessas mulheres, principalmente nas áreas rurais. Quais seriam, então, os fatores que levaram a essa “má condição” feminina em Moçambique? E quais fatores influenciam as diferenças regionais da mulher, abordadas no romance de Chiziane? E de que forma essas contradições estão refletidas na permanência de práticas locais que ainda se mantêm nas sociabilidades cotidianas da população nas diferentes regiões? O romance de Paulina Chiziane proporciona um mergulho numa escala íntima da diversas relações vividas pelas moçambicanas mas, para compreender de forma mais aprofundada tal realidade, é necessário analisar historicamente os processos que ocorreram no país a partir de gênero, evidenciando as construções sócio-culturais de tais mulheres ao longo do processo de formação de Moçambique.

As políticas estatais em relação as práticas “tradicionalistas” sempre estiveram ligadas a necessidades de controle das diferentes populações. No caso específico das mulheres, Osmundo Pinho aponta as diversas continuidades nas formas de regulação do gênero entre o período colonial e frelimista, evidenciando como o controle das mulheres, a partir de padrões pré estabelecidos, era uma ferramenta de legitimação de diferentes governos e formas de dominação²³. De forma geral, apesar da suposta ruptura entre o passado colonial e a utopia socialista frelimista, o olhar estatal sobre a mulher via as práticas locais como a poligamia, o lobolo e os ritos de iniciação como uma ameaça à construção da nova nação moçambicana. Tais práticas eram vistas como obscurantista, resquício de um passado “feudal” do país. O distanciamento territorial entre os centros urbanos e as regiões rurais também continuou sendo um aspecto central, fazendo com que as políticas frelimistas de abaixo às práticas locais tivessem êxito de forma extremamente limitada. Mesmo com a força do novo discurso modernizador, as práticas continuaram a ser exercidas pela população, mesmo que de forma adaptada, ou até mesmo escondida, principalmente longe dos centros urbanos.

Partindo dessas considerações contextuais gerais, proponho analisar, então, as diferentes estruturas sociais das regiões norte e sul de Moçambique, procurando nesse ponto considerar as especificidades em relação às mulheres presentes em *Niketche*. Na parte introdutória, ofereço uma análise geral das causas e consequências do

²² Segundo o autor, a diferença colonial é o resultado do encontro, num mesmo espaço territorial, de diferentes visões de mundo, criando um lugar híbrido, reativo, que ressignifica o local frente a imposição do hegemônico. MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

²³ PINHO, Osmundo. “O 'Destino das Mulheres e de sua Carne': regulação de gênero e o Estado em Moçambique”. *Revista Cadernos Pagu*, Campinas, nº45, 2015.

desenvolvimento desigual da região norte, predominantemente rural, e da região sul, desde o período colonial concentrando as atividades urbanas do país, e de que forma isso leva a uma assimilação diferenciada da colonialidade do gênero frente as formas de organização sociais locais, procurando compreender as divergências visíveis ainda contemporaneamente. A territorialidade²⁴ moçambicana está muito mais ligada aos elementos étnicos de cada região, do que de uma identidade nacional comum baseada em fronteiras criadas com objetivos colonialistas, e depois apropriadas no discurso unificador frelimista. Sendo assim, busco uma proposta interdisciplinar de análise: partindo da contextualização histórica numa escala nacional, feita inicialmente, busco fazer uma análise que interaja com perspectivas geográficas e antropológicas para compreender a relação regional das populações com o meio, além da forma como isso reflete em suas práticas sócio-culturais decorrentes.

Apresento as populações matrilineares do norte, focando na prática dos ritos de iniciação femininos para entender de que forma as mulheres são socializadas entre os macúá, e de que forma essa interação com a colonialidade do gênero refletiu na diferença colonial presente na região. Durante a realização dos ritos, são passados ensinamentos sobre sexualidade, matrimônio, e outros aspectos importantes da vida social – os ritos são considerados uma forma de preparação das jovens para a vida adulta, onde as mulheres já iniciadas do povoado passam seus saberes e educam as mais novas. Signe Arnfred coloca que essas ritos representam a construção do gênero dentro da sociedade macúá²⁵: somente é considerada *mulher* aquela que tenha passado pelos ritos de iniciação, independente de terem atingido a maturidade das capacidades reprodutoras ou idade avançada; aquela que não tenha obtido os ensinamentos passados durante os ritos de iniciação jamais será considerada madura, não podendo participar de diversos acontecimentos de seu povoado, tais como casamentos, funerais, nascimentos, entre outros. Sendo assim, a imposição colonial do gênero teve grande resistência, uma vez que confrontava diretamente a posição social das mulheres na sociedade macúá.

Apresento, então, as populações patrilineares do sul, focando nas práticas da poligamia e do lobolo como reflexo de sua organização social. Refletindo uma sociedade com valores patriarcais, porém com bases diversas àquelas impostas pela moral colonizadora, que utilizava a catequização – isto é, a religião com ferramenta de dominação – como forma de imposição de valores eurocêntricos de família e propriedade, sendo a família monogâmica um dos pilares da noção de propriedade ocidental. No caso do lobolo, não foi possível extinguir sua prática, uma vez que estava intimamente ligada à estrutura cosmológica da população nativa do sul, representando vínculos ancestrais e coletivos destes. Assim, os ritos cristãos foram obrigados a incluir a prática nos sacramentos de matrimônio. Já a poligamia, uma vez que confrontava diretamente os valores de casamento monogâmico cristão - além de seu sistema de propriedade -, deixou de ser aceita abertamente, relegando a sua prática às aparências da família nuclear, de forma semelhante como já ocorria nas sociedades ocidentais, como iremos perceber na narrativa de Chiziane. Assim, devido a estrutura social que se assemelhava em alguns pontos àquelas reconhecidas pelo colonizador, além de outros aspectos que incluíam interesses econômicos, como a proximidade com a África do Sul, a colonização se desenvolveu de forma mais intensa na região, concentrando a urbanização no extremo sul do país, influenciando nas sociabilidade das mulheres entre a região norte e sul.

A terceira parte da monografia se propõe, partindo destas reflexões, a compreender como o romance de Paulina Chiziane corrobora para uma percepção mais íntima da forma

²⁴RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

²⁵ ARNFRED, Signe. **Sexuality and Gender Politics in Mozambique: Rethinking Gender in Africa**. Suffolk: Nordiska Afrikainstitutet, 2011, p. 147.

pela qual a colonialidade do gênero se impõe de forma diversa nas diferenças coloniais do norte e do sul, além de possibilitar uma análise das formas de resistência a essa colonialidade. Primeiramente abordo a questão da literatura em Moçambique, perspectivando sua interação com as complexidades geradas pelos processos históricos de colonização e formação identitária, trazendo também a trajetória da autora de *Niketche*, Paulina Chiziane, e de que forma sua escrita está ligada com o contexto histórico de Moçambique. Parto, então, para a análise da fonte: a trajetória de cinco mulheres em torno de um único homem é o que dá o tom do romance de Paulina Chiziane. Rami é a testemunha que narra, a partir de seu ponto de vista, a realidade dela mesma e de outras quatro mulheres, com as mais diversas trajetórias, mas que detêm em Tony um ponto de encontro em seus caminhos. Os acontecimentos se desenrolam ao longo das descobertas de Rami, mulher do sul, de cada uma das mulheres de seu marido, espalhadas por todo território moçambicano. Primeiro é Julieta, na vizinhança de sua própria casa. De Julieta, parte para Luísa, uma zambeziana bela que, segundo pensa Rami, roubou seu marido com as feitiçarias das mulheres do norte. Como se não bastasse, outras duas nortenhas também disputam a atenção de seu marido, as maconde Saly e Mauá Sualé, esta última descrita como uma jovem e delicada flor do norte. Os encontros entre elas e, posteriormente, a vida poligâmica em comum, deixam transparecer as complexidades das diferenças culturais entre as mulheres das duas regiões: residentes no mesmo país, mas são como estrangeiras umas para as outras. Primeiro vendo suas semelhantes como rivais, construções culturais de cada uma em relação ao amor, ao sexo, à liberdade, ao corpo e, finalmente, ao *ser* mulher vão se delineando numa narrativa que proporciona uma visão íntima da forma como a poligamia, o lobolo, os ritos de iniciação²⁶ ainda influenciam na vida cotidiana das mulheres em Moçambique – mesmo após todo o contexto histórico colonial e frelimista, tais práticas se readequaram dentro dos modelos de sociedade impostos, tomando outros significados e formas de aceitação. Por se tratarem de práticas culturais diretamente ligadas à visão de mundo de cada povo, cada uma a sua forma, sua perpetuação foi inevitável, permeando a realidade daqueles que encontravam-se entre estes embates culturais. A colonialidade do gênero trazida pelos portugueses aliada à diferença colonial resultante do impacto com as culturas locais são abordadas aqui a partir de um olhar em primeira pessoa, de uma mulher que tem sua realidade confrontada com a de outras. Moçambicanas como ela mesma? Pode ser. Mas tão diferentes que torna-se impossível não tornar evidente sua alteridade.

Apesar das diferenças entre as nortenhas e as sulistas serem passadas a partir da perspectiva de Rami, não significa necessariamente, entretanto, que as impressões sejam apresentadas de forma unilateral. Sobre as práticas do sul, a poligamia e o lobolo, Rami geralmente faz reflexões internas, tomando lembranças antigas, suas e de outras mulheres próximas, para abordar a questão. Já sobre os ritos de iniciação, os elementos são dados, geralmente, a partir de diálogos de Rami com as próprias nortenhas, possibilitando uma compreensão não somente da forma como tais mulheres veem aquelas vindas da outra região, mas como veem a si próprias. No início, a comparação entre o sul e o norte se dá de forma clara, se tornando mais complexa a medida que as cinco mulheres passam a ter mais intimidade entre si: o papel social das mulheres nas duas regiões reflete a forma desigual da penetração colonial no território, sendo as mulheres do sul descritas como submissas e

²⁶Chiziane não se atém exclusivamente a essas práticas, sendo sua narrativa um mosaico complexo de várias simbologias e práticas locais. As diferentes estruturas sociais também se manifestam na forma de culto aos antepassados, em práticas alimentares, etc. Nesta monografia, foquei nas três práticas culturais que acreditei que pudessem transmitir de forma mais evidente as construções sócio-políticas do gênero em Moçambique, mas de forma nenhuma com o intuito de esgotar as possibilidades do romance neste sentido.

as do norte como mulheres sensuais, com maior liberdade. Em função dos ritos de iniciação, abordados no romance a partir de suas dimensões místicas e sexuais, as mulheres do norte aparecem como mais maduras e seguras frente a situação de dividir um marido. Já a poligamia é retratada de forma negativa, principalmente nos termos distorcidos na qual Tony levava: longe de respeitar um sistema familiar poligâmico, com normas e implicações para o homem, ele simplesmente arranjava mulheres ao redor do território, muitas vezes sem um interesse maior em prover igualmente todas suas mulheres e filhos. Obrigar o marido a assumir todas as mulheres, lobolando as outras quatro por pressão social, foi a forma como Rami encontrou de subverter uma prática que parecia apenas proporcionar ciúme e disputa. Ao dividir o marido, e conseqüentemente a realidade do casamento, as diferenças culturais dão espaço para uma realidade comum à todas, possibilitando uma criação de laços entre as esposas, assim como mecanismos de ajuda mútua.

Ao concluir o trabalho, busquei enlaçar as duas pontas do raciocínio traçado na monografia. Partindo dos referenciais teóricos, que reforçam que o gênero não é biológico, nem inerente às sociedades, mas historicamente construído, procurei evidenciar na narrativa de Chiziane de que forma essa construção ocorre numa escala local, considerando os diversos aspectos culturais e históricos que permeiam as significações que perpassam as diferentes mulheres. O caso de Moçambique proporciona essa possibilidade, uma vez que demonstra a limitação de análises feitas de forma generalistas, que não problematizam outras construções tão importantes quanto, tais como geografia, fronteiras nacionais, religião, raça, classe e cultura. Dentro da Nação que Moçambique foi projetada para ser, o confronto cultural entre mulheres de diferentes regiões traz a necessidade encarar a fragilidade de uma análise universalista, sendo preciso investigar as relações de gênero em contextos de mulheres colonizadas a partir da fratura causada pela resistência às imposições coloniais e patriarcais. Da mesma forma, refletir sobre a forma como outros saberes resistem e se adaptam aos projetos globais impostos pelas diversas formas de colonialidade, entre elas a de gênero, e quais valores se perdem ou se mantêm no processo de assimilação da cultura hegemônica, possibilita pensar sobre a resistência que se reinventam no dia a dia, que materializam-se em ações, sentimentos, sociabilidades, entre outras manifestações subjetivas; mesmo que silenciadas nas narrativas históricas, as mulheres nunca deixaram de fazer história – *todas* elas. Resta-nos, a partir daqui, refletir e encontrar formas de dar voz a essas histórias que, muitas vezes, persistem apenas na memória. É preciso atentar para a necessidade de estudo das perspectivas femininas a partir de seus próprios pontos de vista, como forma ampliar o conhecimento sobre diferentes realidades e temporalidades, nas quais a história se faz e refaz no cotidiano vivido.

NECROLÓGIOS DA SOCIEDADE: CRIMINALIDADE CURITIBANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1894-1908)

Autor: Matheus Hatschbach Machado

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

Palavras-chave: História Social do Crime; Primeira República; Curitiba

O presente estudo teve como foco analisar o crime na cidade de Curitiba, bem como os reflexos que por entre tais relações se tornam visíveis. O estudo no tocante à criminalidade traz importantes questões para o historiador no desbravar do social. Através destas relações são expostos contradições e limites de determinada sociedade, em que indivíduos etiquetados como criminosos, muito além de atentarem contra o ordenamento, tratam-se de alvos de estigmas e representações que circulam naquele contexto. Ainda, as fraturas do tecido social, mas igualmente as continuidades do modelo hegemônico são refletidas nas vivências destes indivíduos criminalizados, por vezes dramatizando princípios constitutivos da própria estrutura social. É nesse sentido que se conclui fundamental a análise sobre o crime, de modo a compreender as relações dos indivíduos que passaram pelo controle social. Desse modo, a presente análise se desdobra pelo que podemos inferir de uma história a contrapelo. Em outras palavras, o que se busca é analisar a sociedade por entre os documentos oficiais do governo, mais especificadamente nos relatórios policiais dentre 1894 – ano em que temos presente a Revolução Federalista que tumultuava o Paraná e a consequente recuperação da cidade de Curitiba pelas forças do governo – até o ano de 1908, escolhido por ser um ano de aumento de prisões segundo a historiografia²⁷, sendo assim um período mais suscetível ao nosso estudo. Em suma, o que nos interessou foram certos aspectos sobre a sociedade que persistiram na documentação, a despeito das circunstâncias envolvidas em sua produção. De certo modo, são como “periferias” dos relatórios, que acabam por registrar, apesar de suas intenções, fontes de estudo sobre os estratos sociais nos quais o aparato punitivo do Estado infligia sua força. Os relatórios, destarte, foram entendidos como o produto dos conflitos que permeiam a sociedade entre os diversos grupos e suas capacidades de organização e de exclusão, o que nos forneceria um meio de interpretar estes documentos como reflexo de contradições da própria sociedade, e não meramente um reflexo das classes dominantes²⁸.

No primeiro capítulo, tivemos a chance de discorrer sobre a historiografia que tratou sobre o crime, fazendo recortes referentes aos autores a nível nacional e, após isso, aos autores que se detiveram sobre a realidade curitibana, a fim de traçar paralelos. Assim, na primeira parte pensamos a experiência tanto de São Paulo, com o estudo de Boris Fausto e Elizabeth Cancelli, e em Rio de Janeiro com Chalhoub e Marcos Bretas. Dentre suas considerações, alguns paralelos foram traçados com o que trabalharíamos nas fontes. No tocante a imigração, nos deparamos com uma discrepância entre os autores. Embora Boris Fausto admita um maior número de prisões de imigrantes na última década do século XIX, a razão disso não seria uma estigmatização, mas pela desordem provocada pelo estabelecimento desses indivíduos em outra cultura, já que após o período de grande imigração, quando o número de novos imigrantes cai, as taxas de prisões acompanham a tendência. Contudo, certos estereótipos seriam percebidos na mídia da época, vinculando determinadas etnias à criminalidade e mais importante, às desordens. Em suma, "enquanto a correlação discriminatória entre criminalidade e população de cor constitui um elemento

²⁷ BONI, Maria Ignês Mancini de. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 78.

²⁸ KITSUSE, Jonh; CICOUREL, Aaron. *A note on the uses of official statistics*. Social Problems, n.11. outono 1963, p. 135-137.

permanente ao longo de todo o período abrangido pela pesquisa, a correlação criminalidade-estrangeiro é conjuntural"²⁹. Já quando nos alijamos no que expõe Elizabeth Cancelli, o que é indicado pela autora é, em verdade, que o foco do aparato punitivo de modo algum era conjuntural, como afirma Fausto, e pelo contrário, existiam estigmas presentes que vinculavam necessariamente a imagem do imigrante ao crime, mostrando que de fato estes estratos sociais eram alvos preestabelecidos no processo de criminalização³⁰. Fausto também destaca que a maioria dos conflitos são internos a grupos de mesma nacionalidade. Neste ponto deve-se indicar mais uma controvérsia: Chalhoub, no contexto carioca, vê nos grupos nacionais uma rede de solidariedade que acontece mesmo em casos extremos de homicídio entre compatriotas. Não necessariamente negando a existência dessa solidariedade entre imigrantes, Fausto coloca ser exatamente a convivência mais constante entre esses indivíduos a causa desses conflitos, embora não analise os conflitos entre imigrantes de diferentes nacionalidades. Além da controvérsia no tocante à imigração, também notou-se posições diferenciadas quanto a relação da população em geral com a polícia. Enquanto Chalhoub defende o enfoque da população pobre em “privatizar” seus conflitos, ou seja, em resolver suas desavenças por suas próprias regras, sendo constantemente resistente a incluir nisso a atuação do Estado, Bretas afirma que “apesar da crítica generalizada à atuação da polícia, a despeito do ódio demonstrado em algumas ocasiões, indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades não hesitavam em recorrer à polícia”³¹.

Quando nos deparamos com o cenário de Curitiba, por outro lado, as peculiaridades da cidade pareciam indicar caminhos diferentes dos analisados no contexto de outras capitais. A partir dos trabalhos de Maria Ignês de Boni e Clóvis Gruner, foi possível traçar algumas diretrizes do que poderíamos encontrar nos relatórios. Os dois autores focam na organização das instituições de controle, embora Gruner tenha sua atenção nas formas mais populares no qual se difundia uma espécie de cultura que ressignificava o crime perante a sociedade. Assim, Curitiba aparecia sob uma urbanização mais tardia e a formação da cidade parecia diferir dos casos retratados pela historiografia nacional. A imagem de Curitiba no período analisado é de uma cidade pacata, com um povo ordeiro. Boa parte dos historiadores da época, como Rocha Pombo e Romário Martins, descrevem a cidade como portadora de um projeto de civilização, com “democracia, cultura, virtudes, beleza, bem-estar, confraternização, movimento, trabalho, lazer, enfim, *ordem e progresso*”³². Segundo Boni, o retrato não necessariamente seria falso, todavia, ameno. Por ela não passavam as “profundas contradições e impasses vividos por uma pequena cidade que se superpovoava, nem as dificuldades de sobrevivências e moradia em uma economia precária, marcada pela carestia e desemprego, onde muitas pessoas viviam na limiaridade do trabalho e do crime”³³. De fato, o contexto da época infere uma instabilidade tanto institucional como social. A economia da erva-mate estava em crise, existiam moléstias assolando alguns bairros da cidade, as tentativas de reformas urbanísticas, além de todos os acontecimentos da Revolução Federalista, eram elementos que presumidamente perturbavam a cidade. Apesar disso, as visões sobre o crime em Curitiba sempre foram no sentido da índole pacífica e ordeira de sua população, mesmo que essa realidade fosse desacreditada pelos relatórios oficiais dos chefes de polícia. Por fim, fizemos uma análise teórica do crime

²⁹ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1889-1924)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984, p. 63.

³⁰ CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Ed. UNB, 2001, p. 86.

³¹ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco. 1997 p. 120.

³² BONI, 1998, p. 14.

³³ Idem, p. 16.

perante o interacionismo, a fim de trabalhar algumas hipóteses e diretrizes aos problemas que foram encontrados nas fontes. Gilberto Velho, assim, sintetiza a maneira de pensar o crime pela interação, já que para o autor é preciso, então, estabelecer uma noção multifacetada e dinâmica das relações. Tal estudo passa a considerar os diferentes grupos que criam o desvio ao estabelecer suas regras sociais, de modo a entender este comportamento desviante como uma leitura divergente dos valores dominantes.

Já no segundo capítulo, nesse emaranhado de inúmeros conflitos do cotidiano curitibano em que nos deparamos nos relatórios, algumas questões tornaram-se presentes. Nos ambientes em que ocorriam as ocorrências, foram três deles elencados, representando tipos de relações específicas. Em primeiro, as relações do trabalho, tanto as vendas e casas de negócio, como as redes de comércio ilegal. A separação do ambiente do comércio parecia ser insuficiente para abarcar as relações que faziam destes lugares suas testemunhas. Quando se verificou as fontes, percebemos a infinidade de relações outras, relações pessoais de afinidade ou rivalidade que tinham suas origens nos mais diversos âmbitos da convivência diária dessas pessoas. Estes lugares, como momentos de encontro corriqueiro na vida destes indivíduos, serviam também para o desfecho das desavenças que por ali se passavam.

Além disso, o comércio funcionava para costumes que ficavam à margem da ordem, como a negociação de objetos roubados. A circulação destes objetos dava sentido a quantidade de furtos e roubos encontradas nas fontes, de modo tal que pareciam participar do funcionamento, ao menos em parte, da cidade. Neste ponto, apenas duas ocorrências captaram esse comércio clandestino, que para além de existirem relacionados a um projeto de sociedade que se queria instaurar, ou seja, de um capitalismo liberal, parecem que tinham em relação a ele certa independência. Clarifico: eram práticas que não se faziam pela aceitação ou resistência a um projeto de sociedade, mas que se fazia pela vantagem e necessidade individual. A reação a tal prática, por outro lado, é que em certa medida poderia ter relacionado a isso, pensando a resposta dos aparatos de controle social, embora, como vimos, o caso não era esse, já que aparentemente essa rede contava com a conivência de vários indivíduos que participavam dessas cadeias de vendas e revendas, independentemente da consciência do que ali ocorria. Nesse mesmo sentido, encontrou-se a produção e circulação de notas falsas, assunto mais relevante e que envolvia interesses diretos da burocracia estatal. Apesar disso, a organização desse comércio tinha relativo desenvolvimento, contando com a atuação de várias pessoas das mais diversas localidades. No caso mais extenso que tivemos contato nos relatórios, as localidades envolvidas eram desde a cidade de Palmeira, até Curitiba, Paranaguá, além de São Paulo e o Rio de Janeiro, o que mostra a dimensão das relações envolvidas nessas práticas.

Quando nos defrontamos em relação ao lar e as relações de ordem afetiva, as questões foram outras. De fato, o preponderante era a relação assimétrica nos casais. O homem, favorecido pelas configurações da comunidade a sua volta, sentia-se capaz de atentar contra sua companheira de maneira direta, já que de certo modo, lhe eram dadas as condições para tais conduta. Além disso, contrariando uma premissa colocada por Boris Fausto, parece que as violências interpessoais praticadas pelas mulheres contra seus amálios extrapolavam a simples resposta a ofensa físicas ou verbais que primeiramente lhe proferiram. Ao contrário, a atuação dessas mulheres pareceu indicar que uma vez decididas a cometerem seus crimes, lhes serviam como meios para tal as relações que estas tinham com as demais pessoas de seu convívio próximo. Em um primeiro caso, o irmão da esposa foi quem, em conluio com a irmã, praticou o assassinato do marido; em outro, o amante desta parece possivelmente como agente direto do crime, embora se indique que talvez ela própria tivesse envolvimento, já que queria a morte do marido. Apesar de termos poucas ocorrências que nos desse uma maior segurança, o fato é que essas relações possuem uma

complexidade maior do que aparentam, com detalhes que pela lacônica descrição dos relatórios nos escapa.

Por fim, quando chegamos as relações de lazer, vemos os botequins e bailes como os ambientes mais corriqueiros desses conflitos. Eles faziam parte do encontro de rivalidades outras, compunham a dinâmica da comunidade, que tinha suas desavenças muitas vezes resolvidas nesses momentos. Também vemos a convivência dessas pessoas com as praças de polícia, muitas vezes uma relação cercada de hostilidades, sendo aparente a falta de autoridade que estas praças pareciam ter nestas ocasiões, talvez sendo possível supor a falta de legitimidade que tais indivíduos tinham nos representantes do Estado como detentores do monopólio da violência, ou seja, um aspecto de suma importância dentro de um processo de formação do Estado. Essas, a grosso modo, contradições ao processo de formação do Estado e das conseqüentes subjugações dos conflitos ao aparato burocrático se relacionam a outro aspecto que percorreu os três ambientes selecionados. Trata-se das armas de fogo em boa parte das ocorrências. Ao contrário das armas brancas, que tinham também outras funcionalidades, dependendo do ofício a qual se prestavam estes indivíduos, as armas de fogo poderiam ter apenas uma utilidade, seja pela defesa ou pelo ataque. Havia variados tipos de pessoas utilizando armas de fogo, em diversos lugares. Além disso, essa prática era uma preocupação explícita dos chefes de polícia. Foi possível verificar o relacionamento que as pessoas tinham com essas armas, de modo que é possível inferir um contrassenso quanto a premissa de que ao avançar da máquina estatal pela sociedade, existiria uma “pacificação”, em que as pessoas trariam ao judiciário seus conflitos privados. Assim, o uso corriqueiro desses armamentos, sendo presentes mortes provocadas até mesmo por crianças que brincavam com armas de fogo, indica um processo ao avesso do que se esperaria em um primeiro momento. A diferença no uso entre armas brancas e armas de fogo infere pensar que esses conflitos não se ocasionavam de maneira súbita num império inesperado da agressividade, ou seja, não parece indicar que estes indivíduos encaravam tais situações de embate como mera excepcionalidade, mas como uma possibilidade real decorrente do seu cotidiano, já que se não fosse esse o caso, não haveria o porquê desse armamento presente até mesmo com crianças que brincam em suas casas.

Já no terceiro capítulo, nos debruçamos sobre a questão da imigração. A premissa era de que estes grupos configuravam como possíveis *outsiders*, e que, em um ambiente em que sua identidade era composta pela marca da imigração, poderiam surgir assim nuances que explicariam como funcionava o cotidiano e as relações sociais destas comunidades a partir do crime. Assim, alguns pontos foram possíveis de se atentar ao defrontarmos com os relatórios. Duas nacionalidades pareciam ser a imensa maioria das ocorrências: os poloneses e os italianos. Quanto aos últimos, concluiu-se que haviam mais conflitos entre estes e nacionais do que necessariamente no intragrupo. A partir disso, algumas considerações podem ser tecidas. Mesmo estes grupos colocados como “italianos” provindo de diferentes localidades na Europa, o número maior de conflitos entre estes e os nacionais pode significar que a comunidade que se reconhecia por “italianos” abdicou em certa medida das diferenças de suas identidades locais para assumir os laços comunitários que sua posição como imigrante proporcionava. Ou seja, de fato parece que poderia existir uma solidariedade neste grupo em específico pela situação comum da imigração.

Quanto aos poloneses, verificou-se a situação contrária. Havia mais registros de conflitos entre os chamados “polacos” pelos relatórios do que entre poloneses e os nacionais, o que indicaria, se seguirmos o raciocínio levado a cabo no caso da imigração italiana, de que suas diferenças tinham um peso maior em sua sociabilidade do que necessariamente a vivência comum da imigração. Por um lado, é preciso considerar que de certa forma os próprios conflitos intragrupo são parte da reiteração dos laços de

solidariedade entre estes indivíduos, ou seja, talvez os conflitos entre imigrantes não fossem suficientes para refutar que entre eles existissem laços e que se identificassem como semelhantes. Para além disso, outra explicação possível surgiu. Ao nos atentarmos aos crimes em que se envolviam os imigrantes alemães, restava a perplexidade da ausência destes nos relatórios. Uma possível saída para o problema seria a partir das considerações de Sérgio Nadalin, referente a imigração alemã. Para o autor, na época em que nos fixamos parte da comunidade alemã passa a se relacionar com uma classe luso-brasileira abastada, de modo que a partir disso criou-se a imagem de que os alemães que se proletarizaram ou empobreceram eram em verdade “polacos”³⁴. Ou seja, em paralelo a problemática de Norbert Elias e Scotson, de que para além dos conflitos de classe, é preciso se atentar que dentro das próprias classes, estas que podem ser colocadas a grosso modo como *outsiders*, existem processos de exclusão e inclusão de acordo com as configurações destes grupos. Dentro da comunidade alemã, portanto, existia a estigmatização aos seus estratos mais pobres, representado pela alcunha de “polacos”, o que infere dizer que os conflitos envolvendo estes grupos, permitem entender as acrescidas dificuldades numa comunidade bem mais dispare que a comunidade italiana, por exemplo, que provavelmente também poderia ter internamente esses processos de exclusão, embora nada nas fontes indique que esse processo chegasse ao nível do caso polonês e alemão. Além disso, foi preciso se atentar que o crime envolvendo migrações internas, além de apenas registrar essas movimentações, era ele próprio parte da dinâmica que movimentava estes indivíduos. Foi possível identificar a existência de gatunos foragidos de outras cidades, que vinham se refugiar em Curitiba, permanecendo eles em seu modo de vida, embora estivessem em uma posição social pouco confortável para praticar esses crimes, já que quando chegavam como imigrantes internos dispunham de pouquíssimas relações que pudessem lhes dar a possibilidade de serem não criminalizados. Além disso, registrou-se essas movimentações também pela empresa clandestina de notas falsas e de objetos roubados, sendo este último feito em menor extensão, haja vista que a mobilidade geográfica era apenas um artifício para disfarçar a origem ilícita de suas mercadorias. Já quanto as notas falsas, a questão era mais abrangente, já que não somente a expansão territorial destas redes lhes favorecia a própria viabilidade do negócio, como também parece ser possível atribuir isso a demanda pela compra dos equipamentos que produziam as notas em diferentes localidades.

No último capítulo, ao nos entretermos em recortes da vida cotidiana dos curitibanos, também as praças do Estado pareciam permearem-se dessas mesmas relações. Apesar de nosso estudo ter como foco uma abordagem que olha o crime não pelo Estado, mas pelo social, foi preciso reavivar a instituição policial, porém, e justamente, por sua precariedade preponderante. Como dissemos, o período da Primeira República tem em seu projeto a ênfase nestas instituições, como representantes da violência do Estado bem como de uma vigilância que abarcava o cotidiano como um todo. A despeito disso, sua evidente ineficiência infere considerar que ao tratarmos de crimes envolvendo praças, não somente as de polícia, mas também as várias praças do exército que aqui permaneceram após a Revolução Federalista, estamos adentrando em uma zona mal definida, que diz respeito a relação entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, o que se pode entender a partir desses crimes é que o preponderante na atuação destes indivíduos, que tinham péssimas condições de trabalho, é que a vida material dessas pessoas influenciava mais em sua atuação como policial do que necessariamente pela forma de conduta a qual se queria nestes indivíduos. Ao contrário, percebe-se que muitas vezes o cargo de praça era utilizado como instrumento em situações de eventual abuso, tanto no trato normal do ofício quanto em assuntos pessoais. Por fim, os relatórios, apesar das cautelas aconselhadas pela historiografia, se

³⁴ NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigração e família, segunda metade do século XIX*. Revista Latinoamericana de Población. Ano 8, N. 14, jan-jun, 2014, p. 49.

revelaram frutíferos em suas possibilidades. Vários caminhos foram indicados pelas sutilidades que apareciam nas ocorrências, trazendo à tona uma realidade cotidiana que parecia ocorrer a despeito dos projetos que permeavam a sociedade da Primeira República.